



AÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS: UM OLHAR DIRECIONADO AO BRINCAR

Elder Cardoso Fernandes Silva¹

RESUMO: Tendo em vista que os termos lúdico e ludicidade estão presentes no contexto da Educação Infantil e circulam entre os educadores, neste trabalho busca-se entender não somente os conceitos, mas também o seu papel durante a Educação Infantil, partindo da ideia de que as crianças necessitam do brincar, principalmente durante a infância. O objetivo geral deste estudo é pesquisar e apresentar informações relevantes sobre a importância da ludicidade durante a Educação; os objetivos específicos, por sua vez, são: entender o conceito de ludicidade de modo a vinculá-lo à prática pedagógica; compreender como as ferramentas lúdicas são oportunas ao desenvolvimento de habilidades dos alunos e apresentar uma proposta pedagógica amparada na pesquisa aqui apresentada. A fundamentação teórica utiliza os pressupostos de Huizinga (1996), Brougère (2010), Vigotsky (1984), Dias (2017), Barela (1999), Santos (2007) e **Canda (2004), trazendo os conceitos acerca dos mencionados termos;** Aranha (1989), Paschoal e Machado (2009), Rizzo (2003), Didonet (2021), Kuhlmann Jr. (1998) e Haddad (1993) abordam questões relacionadas às modificações pelas quais a Educação Infantil passou no decorrer do tempo; e Vygotsky (1984; 1988) e Rodrigues e Rosim (2007) corroboram com a ideia da necessidade inegável da presença do lúdico para o desenvolvimento do aluno. A metodologia utilizada é a de pesquisa bibliográfica e qualitativa. Por fim, é apresentada uma proposta de trabalho constituída a partir dos pressupostos da BNCC (BRASIL, 2016), buscando à realização da *práxis* docente utilizando ferramentas lúdicas.

Palavras-chave: Lúdico. Ludicidade. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

O passar dos anos traz consigo transformações, avanços e novidades. Essa modificação temporal está presente nas mais diversas esferas sociais, tais como a família, o trabalho e a escola, sendo este último ambiente o foco do presente trabalho.

Ser educador é uma função que requer preparação, formação e qualificação contínua, indo além da formação inicial ofertada na graduação do curso de Licenciatura, tendo em vista que há uma constante modificação e atualização no campo docente.

Com o intuito de ofertar aos alunos oportunidades pedagógicas que ampliem caminhos e estratégias que conduzam o corpo discente ao maior e melhor aproveitamento possível durante o percurso dos processos de ensino e aprendizagem, é necessário que, enquanto professores, sejamos, também, pesquisadores, buscando na pesquisa científica fontes que aprimorem a *práxis*.

Partindo do pressuposto de que a ludicidade é uma temática que permeia o contexto da Educação Infantil, sendo amplamente debatida nos dias atuais, este trabalho caminha pelo referido tema de modo não somente a buscar entendê-lo a partir dos conceitos de estudiosos e teóricos, mas também visando à aplicação lúdica na sala de aula.

A escolha do tema é resultado da ideia que as crianças necessitam do brincar, principalmente durante a infância. Acredita-se que o ato de brincar possa fazer com que elas se

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis/ RJ, 2019, eldercardoso@msn.com.

desenvolvam de forma significativa em relação aos processos de ensino e aprendizagem. Não podemos negar que é comum que as crianças gostem de participar de brincadeiras, então, levantamos aqui a importância de o professor ser uma figura mediadora que tenha um olhar sensível e cauteloso a orientar atividades lúdicas que possam desenvolver diversas habilidades e competências fundamentais ao infante.

Assim sendo, o objetivo geral constitui-se pela pesquisa e apresentação de informações relevantes sobre a importância ímpar da ludicidade durante a Educação, e para buscar cumpri-lo, temos como objetivos específicos entender o conceito de ludicidade de modo a vinculá-lo a prática pedagógica; compreender como as ferramentas lúdicas são oportunas ao desenvolvimento de habilidades dos alunos e apresentar uma proposta pedagógica amparada na pesquisa aqui apresentada.

Para tanto, o presente estudo apresenta, inicialmente a sua metodologia, a fim de apresentar e conceituar o tipo de pesquisa científica aqui utilizada: a pesquisa bibliográfica.

Na sequência, o conceito do lúdico será desvelado, haja vista que consideramos a necessidade de compreendê-lo de forma mais efetiva e, sobretudo, pautada em pressupostos teóricos pertinentes. A próxima etapa é constituída por um breve percurso histórico acerca das modificações pelas quais a etapa da Educação Infantil passou; e então serão apresentadas como foco as informações trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sobre a Educação Infantil. O sexto tópico traz uma proposta de trabalho que tem o objetivo de fazer usos de ferramentas lúdicas atreladas a orientações dadas pela BNCC.

Por fim, serão expostas as considerações finais perante a elaboração deste estudo, bem como as referências bibliográficas.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo optou-se pelo uso da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), é constituída pelas seguintes etapas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação e redação. Alyrio (2009, s/p) complementa:

A atividade básica na pesquisa bibliográfica é a investigação em material teórico sobre o assunto de interesse. Ela precede o reconhecimento do problema ou do questionamento que funcionará como delimitador do tema de estudo. Isso quer dizer que, antes mesmo de delimitar o objeto de estudo, você já pode e deve ler sobre o assunto, o que pode, inclusive, ajudá-lo nessa delimitação.

Algumas fontes bibliográficas consultadas para a elaboração deste texto foram previamente selecionadas, porém, no decorrer da pesquisa, demais materiais também foram consultados e utilizados.

Utilizou-se a abordagem qualitativa, apresentada por Godoy (1995) como ocupante de um lugar de pesquisa que possibilita o estudo de fenômenos nos quais os seres humanos e suas relações sociais estão envolvidos. Ela ainda explica que “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21).

No que diz respeito às técnicas utilizadas para a elaboração desta pesquisa, elas foram realizadas em etapas individuais, de modo que, ao final de sua construção, o estudo apresentasse um diálogo coeso entre si.

Inicialmente foi feita a seleção do tema, de modo mais abrangente, pertinente às áreas abrangentes pelo curso de Pedagogia. Aqui, realizou-se um levantamento de possíveis temas a

serem abordados nesta pesquisa, de acordo com áreas e subáreas relacionadas ao curso de Pedagogia.

Na sequência, foi feita a seleção de materiais a serem lidos e estudados, com o intuito de delimitar o tema a ser pesquisado de modo mais estreito, haja vista o grande número de temáticas possíveis e pertinentes a serem pesquisadas. Nesse momento, optou-se pela escolha do tema do lúdico durante a etapa da Educação Infantil.

Em um terceiro momento, realizou-se a seleção de fundamentação teórica a ser utilizada durante a construção do texto; essa etapa constituiu o momento em que ocorreu um entrelaçamento de conhecimentos, de modo que as informações trazidas por autores e estudiosos puderam não somente ser apreendidas, mas também relacionadas com minhas próprias opiniões e levantamentos.

Por fim, a estrutura do texto aqui apresentado foi criada e houve a delimitação das seções constituintes do texto, dando vez, então, à sua elaboração, de modo que correções, modificações e adaptações fossem inseridas conforme a necessidade.

3 O LÚDICO: ENTENDENDO O CONCEITO

A pesquisa científica faz uso de fundamentações e embasamentos teóricos que sustentam e amparam a ideia defendida, de modo a ter a validade necessária que a ciência exige.

É muito comum que no contexto da Educação Infantil circulem os termos *lúdico* e *ludicidade*, vinculados à ideia da brincadeira no ambiente pedagógico. Por conta disso, é relevante que façamos uma breve caminhada pelo trajeto de compreender, de fato, o que os referidos vocábulos significam a partir de uma visão pedagógica e científica.

Nesse cenário, Huizinga (1996) apresenta o termo *ludicidade* como atividades livres que ofertam às crianças a oportunidade de escolher o que ela deseja fazer, e explica que a ludicidade surgiu antes da cultura, afirmando que

[...] o jogo é fato mais antigo que a cultura, pois esta, mesmo em suas definições menos rigorosas, pressupõe sempre a sociedade humana; mas, os animais não esperaram que os homens iniciassem na atividade lúdica (HUIZINHA, 1996, p. 03).

Brougère (2010) reitera que, para que uma determinada atividade tenha caráter lúdico, ela precisa ter, antes, caráter livre, sendo direito da criança escolher participar ou não participar dela.

Vigotsky (1984 apud WAJSKOP, 2007) afirma que a brincadeira é um elemento que colabora para que a criança vença seus próprios limites, pois lhe proporciona a vivência de experiências que vão além da sua realidade e da sua identidade. Ele atesta que é por meio da brincadeira que a criança pode ser desafiada, o que resulta em reflexão e resolução de problemas e conflitos. Ademais, o brincar desenvolve a imaginação infantil, procedimento que auxilia o infante a compreender o futuro; além de permitir o autoconhecimento; elevar a autoestima e colaborar com o desenvolvimento do raciocínio, da inteligência e dos aspectos físico-motores.

Aqui, nota-se que o brincar deve ser considerado como um importante elemento pedagógico a ser trabalhado em busca do pleno desenvolvimento do aluno. Se faz necessário que a ideia do lúdico como elemento simplório a ser usado somente para passar o tempo com o aluno seja deixada de lado e, em seu lugar, surge a concepção e a compreensão da ludicidade como fator aliado ao processo de ensino e aprendizagem.

Dias (2017) apresenta o lúdico como uma das estratégias utilizadas no cenário educacional que mais tem mostrado resultados positivos, estando ele atrelado ao desenvolvimento cognitivo e de aprendizado da criança.

Já de acordo com Barela (1999), a ludicidade se constitui como uma das formas mais eficientes para que os estudantes sejam envolvidos efetivamente nas atividades pedagógicas, haja vista que o processo do brincar é bastante íntimo ao infante.

Santos (2007) conceitua a ludicidade como

uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento (SANTOS, 2007, p. 60).

Por fim, Canda (2004) apresenta a ludicidade como uma possibilidade a partir da qual as práticas educativas são conduzidas de modo que os processos de ensinar e de aprender sejam ações interligadas. Ela também aclara que a ludicidade é um aspecto que apresenta papel fundamental para o desenvolvimento integral dos seres humanos, o que permite que haja um acesso maior e mais efetivo “ao campo de possibilidades para a imaginação, a criatividade, o desenvolvimento cognitivo e corporal, o reconhecimento da identidade do aluno e a interação social” (CANDA, 2004, p. 128).

Entende-se que o lúdico tem o intuito de corroborar para o desenvolvimento do infante, porém a inserção desse elemento no espaço escolar é resultante em benefícios que surgirão também nas demais fases da vida do sujeito. Tendo em vista o que os referidos autores estudiosos da temática apresentada nesta pesquisa explicam, fica explicitada a ideia do lúdico como elemento pedagógico fundamental para uma *práxis* eficiente por parte do docente atuante na etapa da Educação Infantil. É válido salientar a necessidade de que as brincadeiras sejam e se mantenham inseridas durante o mencionado momento de ensino, levando em consideração que, ao brincar, ao estar participando de atividades vinculadas à ludicidade, o infante está tendo a oportunidade de ter habilidades trabalhadas e desenvolvidas.

4 A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PROCESSOS HISTÓRIOS: MUDANÇAS E APERFEIÇOAMENTOS

A escola é um ambiente social, logo, podemos entender que ela passa por modificações oriundas das diversas transformações inerentes aos percursos históricos. Acerca da relação existente entre passado, presente e futuro, Aranha (1989, p.12) explana:

Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro.

A partir do trecho citado anteriormente, entendemos que se faz necessário um olhar reflexivo e crítico que observe tanto a forma como os acontecimentos já registrados na história fazem parte, também, do que ocorre atualmente, como a maneira como mudanças foram implementadas.

No que diz respeito ao cenário educacional, levando em consideração o espaço escolar e as práticas desenvolvidas nele, é importante que saibamos reconhecer que o que hoje é orientado a partir de documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros, não foi sempre posto como norte para práticas realizadas pelos professores em sala de aula.

Quando focalizamos nossa atenção nas transformações sofridas pela etapa referente à Educação Infantil, verificamos que:

Do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura. Na sociedade contemporânea, por sua vez, a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações com seus pares (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 79).

Paschoal e Machado (2009) explicam que, em solo brasileiro, as primeiras tentativas de organização das creches foram resultado de uma ideia assistencialista para ofertar auxílio às mulheres que trabalhavam fora de suas casas e também àquelas que, tendo perdido o marido, tornaram-se viúvas. Outro fator atrelado a isso foram as iniciativas de acolhimento de crianças órfãs que eram abandonadas. Vale apontar que os abandonos se davam, em sua maioria, por mulheres solteiras que, devido à ideologias e estereótipos sociais, optavam por entregar o filho ao abandono do que criá-lo sem a presença do pai.

Neste primeiro momento, ter um local no qual as crianças poderiam ser assistidas era, também, uma forma de solucionar o problema dos homens que não tinham interesse em assumir a paternidade de seus filhos. Sobre isso, Rizzo (2003, p. 37) explica que a criança era, portanto, “concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Alguns fatores, tais como a desnutrição generalizada; o grande número de acidentes domésticos e o alto índice de mortalidade infantil foram significativos para que setores pertencentes à sociedade, como o empresarial, o religioso e o educacional, passassem a pensar acerca de um espaço no qual as crianças fossem cuidadas fora do contexto familiar (PASCHOAL; MACHADO, 2009). Didonet (2021) explica que, a partir de então, a criança passou a ser observada pela sociedade com um sentimento filantrópico, caritativo e assistencial.

Com o surgimento desses ideais, houve, também, uma diferenciação de tratamento a partir da classe social dos sujeitos:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

No decorrer do tempo, a implantação de novas creches e jardins de infância foram acompanhadas por determinadas tendências. Durante o século XIX, elas eram: a jurídico-policial, defendendo a infância moralmente abandonada; a médico-higienista e a religiosa, que defendiam o combate ao elevado índice de mortalidade infantil. Kuhlmann Jr. (1998) corrobora

que cada uma das instituições pautava suas justificativas de modo que seus agentes promovessem a constituição de associações privadas nas creches, asilos e jardins de infância.

Ao longo dos anos, toda e qualquer conquista no campo da Educação Infantil foi fruto de conflitos. O avanço do processo de industrialização acarretou o aumento de mulheres atuantes no mercado de trabalho, o que, por sua vez, resultou em uma maior demanda pelos serviços das instituições que atendiam às crianças. Haddad (1993) pondera que os ideais oriundos do movimento feminista norte-americano foram essenciais para que houvesse uma revisão do papel desempenhado pelas instituições que prestavam atendimento aos infantes, uma vez que as militantes feministas disseminaram a ideia de que tanto as creches, como as pré-escolas, tinham a obrigatoriedade de ofertar atendimento a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalhar fora de casa ou de suas condições socioeconômicas. A partir de então, houve um aumento na quantidade de instituições que eram mantidas e geradas pelo poder público

Tempos mais tarde, dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também foi aprovado. A Lei 8.069/90 concedeu às crianças os direitos humanos, atestando, em consonância com seu artigo 3º, que tanto a criança como o adolescente deviam ter seus direitos fundamentais assegurados, tendo, assim, meios de acesso ao “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Posteriormente à aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Ministério da Educação (MEC) publicou entre os anos de 1994 e 1996 alguns documentos que foram intitulados Política Nacional de Educação Infantil. Paschoal e Machado (2009, p. 86) explicam que tal documentação estabeleceu

as diretrizes pedagógicas e de recursos humanos com o objetivo de expandir a oferta de vagas e promover a melhoria da qualidade de atendimento nesse nível de ensino: “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, que discute a organização e o funcionamento interno dessas instituições; “Por uma política de formação do profissional de educação infantil”, que reafirma a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar nas instituições de educação infantil; “Educação infantil: bibliografia anotada” e “Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil”. Esses documentos foram importantes no sentido de garantir melhores possibilidades de organização do trabalho dos professores no interior dessas instituições.

Em 1996 surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que insere a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica no Brasil e defende que a esta etapa do ensino tem como finalidade a ser cumprida a promoção do desenvolvimento de modo integral da criança até os seis anos de idade, de modo a complementar a ação da comunidade e da família (BRASIL, 1996).

Pode-se verificar, a partir das informações exibidas acima, que a Educação Infantil passou por processos de modificação através dos quais nota-se a mudança, também, de sua função. Seu espaço era inicialmente visto como um simples local onde crianças órfãs poderiam ser mantidas, até chegar ao momento em que foi considerada a etapa inicial para a formação educacional do sujeito. Aqui, nota-se, novamente, como a ludicidade está atrelada aos processos de ensino e aprendizado do infante, haja vista a relevância da mencionada etapa da educação na trajetória escolar do sujeito.

5 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: A EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Educadores, enquanto responsáveis por mediar os processos de ensino e aprendizado, devem conduzir seus planejamentos e práticas a partir dos norteamentos ofertados por documentos oficiais. Um desses documentos é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresenta, entre outras etapas do ensino, pontos pertinentes no que tange à Educação Infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que tem como intuito a definição do conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais a todos que fazem parte das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2016).

No que tange à relação entre a BNCC e os currículos, eles

se identificam na comunhão de princípios e valores que orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2016, p.16).

Acerca da Educação Infantil, a BNCC (BRASIL, 2016) explica que devem ser assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, sendo eles *conviver brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se*, de modo que as crianças tenham as condições adequadas para aprender e se desenvolver.

Levando em consideração os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC (Brasil, 2016), traz, também, os campos de experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Em cada um dos campos de experiências são estabelecidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados em três grupos por faixa etária, o de bebês (com idade de 0 meses a 1 ano e 6 meses); o de crianças bem pequenas (com idade de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e o de crianças pequenas (com idade de 4 anos a 5 anos e 11 meses).

A BNCC (BRASIL, 2016) apresenta o brincar como um eixo estruturante das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na Educação Infantil, ao lado das interações, explicando que tanto a brincadeiras quanto as interações são

experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização. A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL 2016, p. 37).

Como já citado anteriormente, a BNCC (BRASIL, 2016) apresenta o brincar também como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, de modo que ao aluno seja ofertada a possibilidade de

[...] brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BRASIL, 2016, p. 38).

A partir do exposto até aqui, observamos a presença de informações e norteamentos que evidenciam a necessidade e a importância do brincar durante a Educação Infantil, de modo que ao alunado seja dada a possibilidade de ter contato com a ludicidade de maneira que os processos de ensino e aprendizagem ocorram de forma profícua e enriquecedora. Corroborando com essa pontuação, a BNCC (BRASIL, 2016) aclara que cabe à instituição de ensino a promoção e o incentivo de oportunidades que concedam às crianças o contato com a ludicidade, sobretudo por meio da interação com seus pares.

6 A LUDICIDADE NO ESPACO DA EDUCACÃO INFANTIL: UMA IMPRESCINDIBILIDADE

Com base no que foi apresentado até este momento, é clara a ideia de que a presença de atividades lúdicas nos processos de ensino e aprendizagem é indispensável, uma vez que elas são uma importante ferramenta que conduz o alunado ao maior e mais eficiente desenvolvimento de suas habilidades e apreensões.

De acordo com o Vygotsky (1984), as maiores aquisições de uma criança são resultado de atividades que envolvem o uso de brinquedos e, tempos mais tarde, essas aquisições irão se tornar o nível básico de ação real e moralidade do sujeito. Assim sendo, verifica-se que jogos, brincadeiras e demais ferramentas e atividades lúdicas servem como elementos que trabalham na constituição de bases que irão sustentar o desenvolvimento e a formação do infante, de modo que funções desenvolvidas ainda na infância serão refletidas em aspectos positivos na vida adulta do sujeito.

Rodrigues e Rosim, por sua vez, explicam que

quando a criança brinca e se relaciona com brinquedos educativos, ela é levada pela mediação do professor e a partir disso, ela cria, usa a imaginação e através disso ela começa a distinguir a diferença entre certo e errado assim ela começa a refletir e superar suas limitações (RODRIGUES; ROSIM, 2007, p. 11).

Com base nos pressupostos de o Vygotsky(1988), o ato de brincar propicia a criação de Zonas de Desenvolvimento Proximal, o que auxilia no processo de desenvolvimento cognitivo. O estudioso apresenta e conceitua três níveis de desenvolvimento, sendo eles:

Nível de Desenvolvimento Real: é determinado levando em consideração a capacidade que o sujeito tem de solucionar e resolver sozinho as atividades.

Nível de Desenvolvimento Potencial: é determinado com base na capacidade que o sujeito tem em solucionar e resolver atividades que são propostas por um outro sujeito mais experiente.

Zona de Desenvolvimento Proximal: esta zona é estimulada a partir da interação do indivíduo que está em processo de aprendizagem com outros indivíduos que possuem maior experiência

Dentro do ambiente escolar, as atividades lúdicas podem ser apresentadas aos alunos e trabalhadas a partir da leitura literária; do uso de fantoches; da pintura; do recorte; da colagem; do uso de jogos de tabuleiro, quebra-cabeça e peças de montar; da realização de gincanas; do uso de massinha de modelar; da realização de brincadeiras envolvendo a mímica; da dança; do canto; da ginástica; da elaboração de esculturas, etc.

Assim sendo, a seção seguinte irá apresentar uma proposta de atividade, amparada pelos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular, BNCC (BRASIL,2016) a ser desenvolvida com ferramentas lúdicas, tendo como público alunos da Educação Infantil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o lúdico como elemento essencial a ser utilizado com os estudantes da Educação Infantil é um processo que rompe com um estereótipo comumente difundido e defendido em nossa sociedade: o da brincadeira vista como momento em que a criança está utilizando seu tempo de forma inútil ou pouco proveitosa.

O estudo aqui levantado pôde aclarar que a ludicidade é uma ferramenta capaz de enriquecer as aulas, ofertando à criança a oportunidade de ter suas habilidades desenvolvidas e aprimoradas. Pôde-se concluir, através desta pesquisa, que o lúdico possui uma relevância singular na Educação Infantil e, quando aplicado e utilizado de maneira assertiva e adequada por profissionais educadores que buscam constantemente se atualizar e adequar-se ao momento histórico no qual estão inseridos, consegue atrair o interesse do alunado através de diversas atividades, lhes propiciando contatos, sensações e experiências significativas para o seu processo de desenvolvimento e amadurecimento.

Com base nisso, este estudo trouxe conceitos e pressupostos abordados e defendidos por estudiosos como Huizinga (1996); Brougère (2010); Vigotsky (1984); Dias (2017); Barela (1999); Santos (2007) e **Canda (2004), que conceituam o termo lúdico, de maneira que fica evidente a relação entre o conceito e práticas pedagógicas.**

Aranha (1989); Paschoal e Machado (2009); Rizzo (2003); Didonet (2021); Kuhlmann Jr. (1998) e Haddad (1993) abordam questões relacionadas às modificações pelas quais a Educação Infantil passou no decorrer do tempo, de modo que possamos verificar que, inicialmente, a referida etapa de ensino tinha como objetivo somente o cuidado com crianças órfãs ou filhas de mães solteiras, o que foi sendo modificado até que documentos oficiais pautassem o que hoje é tido como lei.

Por fim, Vygotsky (1984; 1988) e Rodrigues e Rosim (2007) foram utilizados para corroborar com a ideia da necessidade inegável da presença do lúdico para o desenvolvimento do aluno pertencente à Educação Infantil.

Ademais, foi feito uso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2016) para nortear a elaboração de uma proposta de trabalho a ser aplicada, tendo como público alvo alunos da Educação Infantil.

Desta maneira, a dança, a música, a literatura infantil, os jogos e as brincadeiras fazem com o que a criança tenha contato com um mundo imaginário e com a fantasia, vivenciando momentos e emoções que facilitarão o entendimento acerca do entendimento e da resolução de conflitos do dia a dia.

Através de jogos e brincadeiras, o professor pode, ainda, analisar e avaliar o desenvolvimento de seus alunos no que diz respeito às suas habilidades e dificuldades, o que propicia uma maior possibilidade de que o docente planeje e execute práticas pedagógicas contextualizadas que irão ofertar aos estudantes um aprendizado significativo.

REFERÊNCIAS

ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BARELA, José Angelo. **Aquisição de habilidades motoras: do inexperiente ao habilidoso**. *Motriz* (Rio Claro), São Paulo, v. 5, n. 1, pp. 53-57, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CANDA, Cilene Nascimento. Aprender e brincar é só começar. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). **Educação e ludicidade**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, GEPEL, pp. 123-140, 2004.

DIAS, Elaine. **A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil**, 2017. Página da web. Disponível em: <<https://monografias.brasescola.uol.com.br/educacao/a-importancia-ludico-na-educacao-infantil.htm>>.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Distrito Federal, v. 18, n. 73, pp.11-28, 2001.

GODOY, Arilda Schimidt. **Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, pp. 20-29, mai/jun 1995.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RODRIGUES, Eliane; ROSIN, Sheila Maria. **Infância e práticas educativas**. São Paulo: Eduem; 2007.

SANTOS, Marli dos Santos (Org). **O lúdico na formação de educador**. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 3. Ed. São Paulo: Ícone/Editora da USP, 1988.



WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.